

NOTA TÉCNICA

IMPACTO SOCIAL DO PROGRAMA MAIS MÉDICOS NO ESTADO DE SANTA CATARINA: REALIDADES E PERSPECTIVAS

Esta nota técnica apresenta uma síntese dos resultados da pesquisa **Impacto Social do Programa Mais Médicos no Estado de Santa Catarina: realidades e perspectivas**, realizada por pesquisadores do Mestrado em Saúde e Gestão do Trabalho da Universidade do Vale do Itajaí, SC, com financiamento da Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina/FAPESC, Edital 2014-1 Universal, e apoio direto da Secretaria de Estado da Saúde/SC. Expõe também as principais dificuldades enfrentadas na execução do projeto e produtos.

O Programa Mais Médicos (PMM) é uma plataforma federal, em curso desde 2013, dirigida para a formação de atenção médica para a atenção básica do Sistema Único de Saúde (SUS), e desenvolvida sob três eixos: provimento emergencial, aumento da oferta de cursos de graduação e residência médica, e novos parâmetros para a formação médica¹. A pesquisa **Impacto Social do Programa Mais Médicos no Estado de Santa Catarina: realidades e perspectivas** teve por objetivo analisar as mudanças sociais geradas pela chegada de médicos pelo Mais Médicos (MM) em municípios catarinenses. Tratou-se de uma pesquisa mista, executada no período 2015-2017, por docentes do Mestrado em Saúde e Gestão do Trabalho da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI/SC), com financiamento da Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina/FAPESC, Edital 2014-1 Universal, e apoio direto da Secretaria de Estado da Saúde/SC. A dimensão qualitativa do estudo foi conduzida pela compreensão de impacto social como mudanças imateriais que se manifestam no processo de acontecer e que são obtidas somente através de suas formas de manifestação². A dimensão quantitativa, por sua vez, foi orientada pela compreensão de impacto social como mudanças geradas por uma intervenção no contexto do desenvolvimento de processos coletivos³. Os resultados obtidos foram: a) mapeamento quantitativo de municípios catarinenses que aderiram ao MM, referência março/2016; b) mapeamento quantitativo de médicos que, em alguma medida, ao ingressarem na AB/SUS catarinense modificaram os fluxos e gestão do cuidado; c) análise ético-política dos fundamentos que estavam conduzindo a tutoria acadêmica do Programa no estado de Santa Catarina, com base em discursos de tutores acadêmicos, profissionais de referência descentralizadas dos Ministérios da Educação e da Saúde, profissionais de referência técnica do Ministério da Educação, e representantes da Coordenação-Geral do Programa/Ministério da Educação, referência outubro/2015; d) percepções de gestores municipais de saúde sobre os prováveis movimentos gerados na AB/SUS de municípios que haviam recebido médicos pelo MM, coletadas através de grupos focais; e) percepções de usuários e trabalhadores da equipe de atenção básica sobre as mudanças ocorridas no fluxo das ações com a chegada de um médico cubano pelo MM, em um município que estava sem nenhum médico na atenção básica havia

um ano - um estudo de caso; f) análise da tendência de quatro indicadores de saúde relacionados ao PMM em Santa Catarina, estado que recebeu entre 2013 e 2015 quase 500 médicos distribuídos em 199 municípios (referência dezembro/2015); g) análise do impacto social do MM nos indicadores do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB), nos 53 municípios catarinenses que aderiram a este Programa nos dois ciclos completos (2014 e 2015), dentre os quais 35 haviam recebido médicos pelo MM ; e h) identificação do impacto MM nos indicadores da atenção básica em um município catarinense.

As principais dificuldades vivenciadas na execução do projeto foram:

- a) Levantamento de campo da pesquisa qualitativa com secretários municipais de saúde: a equipe técnica enfrentou dificuldade inicial para desenhar a estratégia de coleta de dados/modalidade entrevista coletiva a ser realizada com gestores municipais de saúde dos municípios catarinenses que haviam recebido médicos pelo Programa. Ainda que as reuniões para alinhamento teórico-metodológico, realizadas em 2015, tivessem externado a preocupação de que não seria tarefa fácil mobilizar gestores para os encontros, decidiu-se por manter a técnica grupo focal por entendê-la a mais adequada para o que se propunha, em âmbito qualitativo: apreender os dados em interação, para que convergências, divergências e influências pudessem manifestar-se em momentos coletivos vivos. No entanto, a instabilidade conjuntural, refletida no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), acabou limitando, em 2015, a produção de uma estratégia de convencimento visando ao interesse e participação de gestores em encontros coletivos regionais. O desafio foi superado, em março de 2016, quando os contatos estabelecidos com a SES/SC efetivaram-se em uma parceria direta, na representação de seu então Diretor de Educação Permanente. Em uma reunião promovida pelo Núcleo Estadual do Ministério da Saúde em Santa Catarina (NEMS/SC), o referido Diretor sugeriu que a equipe do projeto apresentasse a pesquisa aos coordenadores das Comissões Intergestores Regionais/CIR/SC, para fins de verificação da possibilidade de o levantamento de campo ser realizado em reuniões dessas Comissões, em que secretários municipais de saúde de cada região de saúde reúnem-se mensalmente com representantes do estado. Com a anuência de 94% dos coordenadores de CIRs, as entrevistas coletivas foram realizadas em quinze (15) Colegiados Regionais. Somente o Planalto Norte não participou da pesquisa, em função dos limites impostos pela troca de gestão municipal a partir das eleições do final de ano.
- b) Da consolidação das bases de dados e análise dos dados quantitativos: dificuldade inicial na fase de consolidação das bases de dados utilizadas, em função da constatação de um número importante de registros inconsistentes, isto é, de registros em escala incompatível com o indicador e registros com muitas falhas de preenchimento. Realizada a consolidação, a principal dificuldade relacionada às fases de análise de dados foi a escassez de pesquisas similares para comparação de resultados.

Os principais produtos da pesquisa foram:

- a) Artigo intitulado **Programa Mais Médicos no Estado de Santa de Catarina: breve relato de experiências iniciais**, publicado no periódico TEMPUS Acta de Saúde Coletiva⁴;
- b) Artigo intitulado **Tutoria acadêmica do Projeto Mais Médicos para o Brasil em Santa Catarina: perspectiva ético-política**, publicado no Suplemento Temático “Pesquisas sobre o Programa Mais Médicos: análises e perspectivas” do periódico Ciência & Saúde Coletiva⁵;
- c) Artigo intitulado **Percepções de usuários sobre o impacto social do Projeto de Cooperação Mais Médicos: um estudo de caso**, aceito para publicação no Suplemento Temático “Provimento Médico no âmbito do SUS” do periódico Interface: Comunicação, Saúde, Educação⁶;
- d) Entrevista com a representante da Associação Latino-americana de Medicina Social, em Cuba: a apresentação de trabalho no XIV Congresso Latinoamericano de Medicina Social y Salud Colectiva, Paraguay, por um mestrando do Programa de Mestrado Saúde e Gestão do Trabalho/UNIVALI, oportunizou a realização de uma entrevista com a representante da Associação Latino-americana de Medicina Social, em Cuba. Focando a formação médica e experiências cubanas de cooperação em outros países, esta entrevista enriqueceu o marco teórico da pesquisa.
- e) Aprovação de um número temático para a divulgação dos resultados da pesquisa: a equipe técnica encaminhou um termo de referência ao Editor responsável pelo periódico Saúde & Transformação Social/Health & Social Change, visando à produção de um número temático para a divulgação dos resultados e para a divulgação de pesquisas catarinenses desenvolvidas por parceiros. A proposta foi aceita. Foram submetidas a este periódico dezenove (19) produções, entre editorial, entrevista supracitada, artigos e ensaios. Participam, com textos já submetidos: equipe técnica; mestrandos do Programa de Mestrado em Saúde e Gestão do Trabalho/UNIVALI; mestres pós-graduados pelo Programa de Mestrado em Saúde e Gestão do Trabalho/UNIVALI; Diretor de Educação Permanente da SES/SC; Chefe da Divisão de Ciência e Tecnologia da SES/SC; tutor estadual do MM; profissional de referência descentralizada da Diretoria de Desenvolvimento da Educação em Saúde (DDES) da Secretaria de Educação Superior (SESu) do Ministério da Educação; profissional de referência descentralizada da Secretaria da Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES/MS) em Santa Catarina; pesquisadores em Saúde Coletiva da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC Florianópolis e Araranguá); docente da Universidade Regional de Blumenau (FURB/SC); conselheira do Conselho Municipal de Saúde de Itajaí/SC; prestadores de serviços da pesquisa; tutores da Residência Multiprofissional em Atenção Básica/Saúde da Família e Residência Médica/UNIVALI; residente da Residência Multiprofissional em Atenção Básica/Saúde da Família/UNIVALI; e docentes do Curso de Medicina da UNIVALI.
- f) Projeto intitulado **Modelo Teórico de Educação Permanente e Observatório de Políticas Públicas de Saúde em Santa Catarina: uma proposta multicêntrica**. A pesquisa reafirmou uma

lacuna histórica do SUS: a formação de gestores. Com base neste resultado, elaborou-se um projeto multicêntrico com os objetivos de desenvolver um modelo teórico de educação permanente para secretários de saúde de municípios catarinenses e criar um Observatório de Políticas Públicas de Saúde para executá-lo, no período 2017-2018. Os centros disparadores do projeto foram: UNIVALI, na representação da equipe técnica da pesquisa estadual e da Gerência de Extensão e Cultura, e Secretaria Estadual de Saúde de Santa Catarina/SES/SC. Serão convidados para participar os parceiros das universidades unificadas do Sistema ACADE de Ensino e o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde/CONASEMS. Conduzido pela metodologia social qualitativa, o modelo teórico será desenvolvido pelos sujeitos institucionais, por meio de oficinas pedagógicas, a serem realizadas ao longo da vigência do Observatório. O projeto prevê a execução do Observatório nas reuniões mensais das dezesseis (16) Comissões Intergestores Regionais de Santa Catarina. Espera-se contribuir com a produção de conhecimento prático-teórico sobre gestão do SUS, na interlocução ensino/serviços, e com o fortalecimento do acesso ao arcabouço jurídico-institucional do Sistema. Espera-se, também, expandir o potencial integrativo entre docentes do Sistema ACADE de Ensino e gestão estadual, por meio da deflagração de uma sociabilidade participativa a serviço do SUS catarinense. O Observatório estará divulgando os achados da pesquisa estadual.

g) Criação de um site para divulgação dos resultados. Em fase de elaboração.

Referências:

Brasil. Lei nº. 12871, de 22 de outubro de 2013. Institui o Programa Mais Médicos [...] e dá outras providências. Brasília, DF.1(465); 2013.

Minayo MCS. Construção de indicadores qualitativos para avaliação de mudanças. Rev. bras. educ. med. 2009; 33(Supl. 1): 83-91.

Facchini, LA et al. Avaliação de efetividade da Atenção Básica à Saúde em municípios das regiões Sul e Nordeste do Brasil: contribuições metodológicas. Cad. Saúde Pública 2008; 24(Supl 1):S159-S72.

Lima RCGS et al. Tempus, actas de saúde colet 2015; 9(4): 67-80.

Lima RCGS et al. Tutoria acadêmica do Projeto Mais Médicos para o Brasil em Santa Catarina: perspectiva ético-política. Ciênc. saúde coletiva 2016; 21(9): 2797-805.

De Liz RG, Lima RCGS. Percepções de usuários sobre o impacto social do Projeto de Cooperação Mais Médicos: um estudo de caso. Suplemento Temático “Provimento Médico no âmbito do SUS” do periódico Interface: Comunicação, Saúde, Educação. No prelo.

Agradecimentos

Agradecemos à Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) pelo financiamento oportunizado para a realização da pesquisa e à Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina (SES/SC) pelo apoio direto.

Itajaí, 25 de maio de 2017.

Rita de Cássia Gabrielli Souza Lima
Coordenadora da Pesquisa
Mestrado em Saúde e Gestão do Trabalho
Universidade do Vale do Itajaí, SC.